

Osorio, Rafael Guerreiro; Ferreira de Souza, Pedro H. G.

Working Paper

Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia: 1995 a 2009

Texto para Discussão, No. 1696

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Osorio, Rafael Guerreiro; Ferreira de Souza, Pedro H. G. (2012) : Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia: 1995 a 2009, Texto para Discussão, No. 1696, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/90980>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1696

TEXTO PARA DISCUSSÃO

EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA E DA DESIGUALDADE DE RENDA NA BAHIA: 1995 A 2009

Rafael Guerreiro Osorio
Pedro H. G. Ferreira de Souza

EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA E DA DESIGUALDADE DE RENDA NA BAHIA: 1995 A 2009*

Rafael Guerreiro Osorio**

Pedro H. G. Ferreira de Souza**

* Os autores agradecem a Sergei S. D. Soares, Tatiana Dias Silva e Luís Felipe Batista de Oliveira pela leitura atenta e pelas sugestões.

** Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 ANTECEDENTES	8
3 METODOLOGIA E DADOS	9
4 EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA BAHIA	14
5 CONCLUSÕES	34
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	37

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é documentar a evolução da pobreza extrema e da desigualdade na Bahia. A pobreza extrema e a desigualdade de renda na Bahia tiveram duas quedas expressivas de 1995 a 2009, em períodos coincidentes, mas de extensão temporal diferente. A primeira queda ocorreu a partir de 1996. No caso da pobreza extrema, foi uma queda abrupta de 1996 a 1997, enquanto a desigualdade prosseguiu em queda até 1999. Depois de 1997 e 1999, respectivamente, ambas se estabilizaram até 2003, quando ocorreu a segunda queda. Desta feita, a desigualdade caiu abruptamente de 2003 a 2004, e a pobreza extrema esteve em queda até 2006. Após a segunda queda, ficaram no novo patamar até 2009. A desigualdade medida pelo coeficiente de Gini estacionou em torno de 0,55, e a taxa de pobreza extrema, em torno de 10% da população estadual.

ABSTRACTⁱ

Herein a characterization of the evolution of extreme poverty and income inequality in Bahia is presented. Extreme poverty and income inequality in Bahia fell twice from 1995 to 2009, in roughly the same periods, but at different pace. The first fall begins in 1996. For extreme poverty, it was a sudden fall ending in 1997, whilst inequality kept falling till 1999. After 1997 e 1999, extreme poverty and income inequality were stagnant up to 2003, when the second fall starts. This time, the income inequality fall was abrupt and ended in 2004, while extreme poverty diminished until 2006. The second fall took both to a lower level where they remained in 2009. Inequality measured by the Gini coefficient was stable about 0,55, and the extreme poverty rate was around 10% of the state population.

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.
The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever a evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia no período 1995-2009. Com este propósito, são seguidas as recomendações de Osorio, Soares e Souza (2011) para o monitoramento da pobreza extrema. A linha de pobreza extrema adotada é a definida no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) (BRASIL, 2011). A evolução da desigualdade de renda será caracterizada mediante o cálculo do coeficiente de Gini para a população estadual. Todos os indicadores são apresentados para o estado da Bahia e desagregados para a região metropolitana (RM) de Salvador e as áreas urbanas e rurais não metropolitanas do estado. Além disso, os indicadores estaduais são comparados aos da região Nordeste e aos do Brasil.

Embora estejam disponíveis estudos que se dedicaram à caracterização da evolução da pobreza e da desigualdade no estado da Bahia, eventualmente, em perspectiva comparada, poucos cobrem toda a década de 2000, quando ocorreu significativa redução da desigualdade e da pobreza no Brasil. Por causa do tempo transcorrido desde o lançamento do PBSM, ainda não há estudos publicados que descrevem a evolução da pobreza extrema no estado usando a linha oficial de R\$ 70,00, definida como referência para os programas e as ações que integram ou venham a integrar o plano. O presente trabalho pretende preencher esta lacuna.

Conhecer a pobreza extrema na Bahia é fundamental para combatê-la no Brasil, pois, embora não seja o estado com o maior percentual de pobreza extrema, o tamanho da sua população faz com que grande parcela da população nacional nesta situação esteja ali localizada. Em 2009, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 9,6% da população estadual eram extremamente pobres, aproximadamente 1,4 milhões de pessoas –, ou seja, 16,2% da extrema pobreza nacional.

Convém ainda esclarecer que este trabalho apenas apresenta a evolução dos indicadores de pobreza baseados em renda, sem adentrar o terreno da explicação das variações ocorridas no período abordado. Uma análise completa da evolução da pobreza extrema e da desigualdade deve também incluir um perfil multidimensional das privações sofridas pela população extremamente pobre, comparado ao de outros estratos de renda, além de uma análise aprofundada dos determinantes de eventuais mudanças na pobreza extrema e na desigualdade. Contudo, estes aspectos serão objeto de estudos posteriores.

2 ANTECEDENTES

A diversidade da cobertura temporal e das linhas de pobreza usadas nos estudos sobre a pobreza na Bahia frequentemente gerou conclusões divergentes acerca de suas tendências, como apontou Machado (2006a). Contudo, este autor (2006b) concluiu que, apesar das diferenças, diversas estratégias de mensuração e definição de pobreza – como as das necessidades básicas insatisfeitas, do desenvolvimento humano ou de outros sistemas de indicadores – levavam essencialmente às mesmas conclusões sobre a pobreza baiana na década de 1990 obtidas pela abordagem via insuficiência de renda domiciliar *per capita*. Isto sugere que as diferenças nas análises e nos prognósticos se deveram mais à amplitude temporal das análises e às referências usadas para a comparação, como outros estados, a região Nordeste ou o Brasil.

Assim, por exemplo, os trabalhos que apresentam dados do período 1990-2000 convergem na apresentação de estatísticas que indicam redução da pobreza (BAPTISTA, 2001; OSORIO e MEDEIROS, 2003; MACHADO, 2006a; 2006b). Contrariamente, trabalhos que definem 1995 como ano-base apontam certa estagnação da pobreza na segunda metade dos anos 1990, especialmente na RM de Salvador (SEI, 2008; LACERDA, 2009). Ou seja, a redução da pobreza na década de 1990 teria ocorrido principalmente graças à estabilização macroeconômica operada pelo Plano Real em 1994.

Comparativamente, o desempenho da Bahia na redução da pobreza na década de 1990 foi semelhante à média nacional (MACHADO, 2006a). Considerando-se um período mais amplo, de 1981 a 1999, outros estados do Nordeste lograram obter reduções mais intensas e ultrapassaram a Bahia, que, em 1981, era o segundo estado do Nordeste com o menor nível de pobreza e desigualdade depois de Pernambuco. O pífio desempenho do estado, entre 1981 e 1999, levou Osorio e Medeiros (2003) a considerarem que, sem mudanças, a Bahia se tornaria o estado mais pobre do Brasil.

Trabalhos que cobriram a primeira metade dos anos 2000 apontaram redução da pobreza nas áreas rurais e urbanas não metropolitanas do estado. Todavia, divergem quanto ao que ocorreu na RM de Salvador: o que usa a insuficiência de renda como critério concluiu pela estagnação das taxas de pobreza na área metropolitana (SEI, 2008); segundo o que usa um critério multidimensional, houve aumento (LACERDA, 2009).

A distribuição desigual da pobreza no território, conhecimento que é fundamental para planejar as intervenções do Estado, também foi objeto de estudos. Apesar da dinâmica distinta da pobreza no início dos anos 2000, a RM de Salvador permanecia consideravelmente mais rica que o restante do estado. Segundo Alves (2008), a renda média na Grande Salvador era duas vezes maior que a do restante do estado em 2003. Mapas de pobreza elaborados a partir dos dados dos censos de 1991 e 2000 mostraram que a emigração de zonas rurais para as urbanas, conjugada à redução de pobreza do período, levou à concentração da pobreza em aglomerados bem definidos ao longo do rio São Francisco e no Nordeste do estado (SEI, 2008), enquanto, em 1991, a pobreza era quase uniformemente distribuída no território estadual.

Já os trabalhos que se dedicaram à mensuração da desigualdade de renda registraram queda a partir de 1996 – como no Brasil –,¹ com o Gini de 1999 apresentando o segundo nível mais baixo da série histórica de 1981 a 1999, mas, ainda assim, mais alto que o medido em 1981 (OSORIO e MEDEIROS, 2003). A queda da desigualdade na Bahia também teria se acelerado nos anos 2000, com redução de 8,4% do índice de Gini de 2001 a 2006 (CASTRO NETO, 2009). Osorio e Medeiros (2003) chamaram atenção para o fato de que a queda da desigualdade na Bahia, na segunda metade dos anos 1990, não se traduziu em redução da pobreza tanto quanto em outros estados devido à estagnação da renda média das famílias.

3 METODOLOGIA E DADOS

Conforme ponderam Osorio, Soares e Souza,

definir “pobreza” em linhas gerais é relativamente fácil: é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza em uma sociedade é o agregado dos estados de privação dos seus membros. (OSORIO, SOARES e SOUZA, 2011, p. 9).

Contudo, não há consenso algum no campo de estudos na pobreza sobre qual indicador deve representar o bem-estar, tampouco sobre o mínimo moralmente aceitável de bem-estar, ou, ainda, sobre a forma de agregar os estados individuais de

1. Ver os estudos coligidos por Barros, Foguel e Ulyseia (2006).

bem-estar. Ao contrário, existem um intenso debate sobre tais questões e várias opções para definir e medir a pobreza (SOARES, 2009). E, não com pouca frequência, adeptos de uma ou outra corrente a consideram melhor que as outras.

No âmbito de uma política pública de combate à pobreza extrema, a definição do indicador e do mínimo de bem-estar deve considerar a continuidade das políticas existentes e bem avaliadas, além das restrições oferecidas pelas fontes de dados disponíveis para o dimensionamento do problema e do orçamento, bem como para o posterior monitoramento da eficácia (cobertura e focalização) e da efetividade (redução da pobreza extrema) da política. Em face das necessidades particulares a uma definição de pobreza adequada à política pública, Osorio, Soares e Souza (2011) defenderam que o governo brasileiro deveria usar a renda monetária domiciliar *per capita* como indicador de bem-estar, adotando o corte de elegibilidade para o benefício básico (incondicional) do Programa Bolsa Família (PBF) no momento de sua criação, em 2003, que, deflacionado para setembro de 2010, resultaria, em valores arredondados, em uma linha de R\$ 70,00 para a pobreza extrema. Estas sugestões foram incorporadas ao Decreto nº 7.492, que instituiu o PBSM, cujo segundo artigo estabelece uma linha de pobreza extrema de R\$ 70,00 mensais de renda familiar *per capita* (BRASIL, 2011).

No entanto, o decreto não estabeleceu um mês de referência para a linha, o que pode se tornar uma fonte de divergência por causa da necessidade de deflacioná-la para obter estimativas passadas e futuras da pobreza extrema. Embora, a princípio, se possa adotar junho de 2011, o mês do decreto, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) divulgou, junto com o PBSM, estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseadas em dados preliminares do Censo 2010, com a linha de pobreza extrema referida em julho de 2010.

Outros aspectos necessários ao monitoramento da pobreza extrema discutidos por Osorio, Soares e Souza (2011) também não foram regulamentados, como o índice de preços a ser usado na deflação e a fonte de dados de renda para o monitoramento. Apesar de terem sido usados os dados do censo no lançamento do PBSM, sua periodicidade decenal inviabiliza que seja usado no monitoramento e a estimativa de pobreza extrema divulgada se apresenta muito inflada se comparada à obtida a partir da PNAD de 2009. De fato, os níveis de pobreza extrema do Censo 2010 para o Brasil e para os estados são similares aos medidos pela PNAD de 2004, mas este problema só poderá ser mais bem estudado em fins de 2012, quando estiverem disponíveis os microdados da amostra de uso público do Censo 2010 e os dados da PNAD de 2011.

Na ausência de definições oficiais, adotou-se como referência setembro de 2010 para a linha de pobreza extrema, o que tornará os indicadores produzidos neste e nos próximos estudos compatíveis com os apresentados por Osorio *et al.* (2011), que trabalharam com a linha de pobreza extrema de R\$ 50,00 em setembro de 2003 (equivalente a R\$ 70,00 em setembro de 2010). A deflação é feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ajustado segundo a sugestão de Corseuil e Fogel (2002) para uso com os dados da PNAD, única fonte de dados de renda que cobre todo o período 1995-2009. As fórmulas de cálculo dos indicadores são descritas em Osorio, Soares e Souza (2011), razão pela qual se eximiu de repetir suas descrições.

O tratamento feito aos dados de renda para este trabalho é semelhante ao descrito em Osorio *et al.* (2011), com algumas diferenças. No referido trabalho, após a análise de conglomerados que distingue as famílias com renda zero sem perfil de extremamente pobres, foi imputada a estas a renda média da população. Este procedimento reduz artificialmente o coeficiente de Gini, razão pela qual não será usado neste trabalho. Aqui as famílias supracitadas foram simplesmente desconsideradas nas análises – da mesma forma que as famílias com renda ignorada, os pensionistas, os empregados domésticos residentes e seus parentes. Justificativas destas exclusões e da necessidade da análise de conglomerados podem ser encontradas em Osorio, Soares e Souza (2011) e em Osorio *et al.* (2011).

3.1 ESTIMATIVAS DE INTERVALO

Ao se lidar com estatísticas produzidas a partir de subamostras da PNAD, é preciso considerar o fato de que o erro amostral destas estimativas é maior que o das obtidas para o Brasil. As estimativas de intervalo dos indicadores de certos domínios, em especial da Bahia rural, têm maior amplitude, o que requer cuidado na interpretação de mudanças nas estimativas pontuais, pois pode haver incerteza quanto à sua real ocorrência. Em outras palavras, a variação temporal dos indicadores de pobreza e desigualdade estimados a partir das amostras não necessariamente ocorreria se dados censitários da população estivessem disponíveis.

Esse problema é ampliado pelo fato de a amostra da PNAD ser complexa, com os domicílios selecionados após estágios que envolvem a definição de estratos e conglomerados. A existência de correlação entre as observações faz com que os dados nem sempre possam ser tratados como se oriundos de uma amostra aleatória simples. No caso de estatísticas produzidas para o Brasil, o problema não é grave, pois, para

amostras muito grandes, o efeito da complexidade do desenho sobre a amplitude das estimativas de intervalo diminui – isto é, a amplitude se aproxima da do intervalo implicado por uma amostra aleatória do mesmo tamanho. Assim, nenhum efeito ou mudança grande o suficiente para merecer destaque e ser interpretado deixará “existir” por causa da complexidade da amostra.

Mas, para domínios menores e mudanças idem, é preferível considerar a complexidade da amostra antes de inferir que o fenômeno em estudo também se verifica na população. Em se tratando de dados categóricos, podem-se usar os coeficientes de variação fornecidos pelo IBGE junto com os microdados da PNAD para calcular os intervalos das estimativas pontuais. Entretanto, o IBGE não divulga informação semelhante para dados contínuos, como a renda.

A alternativa mais direta para calcular os intervalos das estimativas de pobreza e desigualdade, considerando-se a complexidade da amostra, seria incorporar o desenho amostral no cálculo da variância usando procedimentos disponíveis nas últimas gerações dos programas mais usados na produção de estatísticas sociais. Embora só a partir de 2001 o IBGE tenha passado a incluir variáveis que marcam os estratos e os conglomerados nos arquivos de microdados, permitindo uma incorporação aproximada² do desenho amostral da pesquisa, o IBGE forneceu ao Ipea estas variáveis para o período 1992 - 1999. Todavia, nem todos os indicadores aqui empregados podem ter seus intervalos calculados com comandos-padrão mediante a especificação do desenho amostral usando estas variáveis – ao menos, não com o programa usado.

Para contornar esse obstáculo, foi usada a técnica de *bootstrap*, que, por meio de substituição e repetição de observações, cria novas amostras a partir da amostra original e recalcula as estatísticas, obtendo uma aproximação empírica das suas distribuições, a partir das quais são calculadas as estimativas de intervalo. O *bootstrap* foi feito respeitando-se a complexidade do desenho amostral da PNAD, com os domicílios sendo substituídos por meio de retirada e replicações de conglomerados nos estratos. Para cada estatística, foram geradas 500 novas amostras. Contudo, a limpeza da base para a retirada dos casos

2. Na verdade, a PNAD possui conjuntos de observações selecionados de forma distinta, o que não permite uma incorporação perfeita do plano amostral pelos pacotes de estatística.

de renda ignorada e das famílias com renda zero faz com que, em muitos estratos, reste apenas um conglomerado. E a posterior desagregação geográfica amplia o problema, pois em alguns municípios há apenas um conglomerado urbano e um rural. Nestes estratos, não é possível aplicar o *bootstrap*, o que gera perdas adicionais de população.

3.2 POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO CONSIDERADA NAS ESTIMATIVAS

As várias etapas de tratamento dos dados implicam sucessivas perdas de casos, o que faz com que a população considerada nas estimativas seja menor que a população total dos domínios estudados (Brasil, Nordeste, Bahia, RM de Salvador, Bahia urbana não metropolitana e Bahia rural não metropolitana). Em termos relativos, o percentual de população excluída pelo tratamento de dados é maior nas PNADs de 1995 a 1999, particularmente para os domínios Bahia urbana e rural não metropolitana. Após 2001, a perda relativa de população é bem menor nestes dois domínios.

No apêndice, são fornecidas tabelas com a população de cada domínio, total e após cada uma das etapas de limpeza:

Etapa 1: exclusão das pessoas cuja situação no domicílio em relação à pessoa de referência era a de pensionista, empregado doméstico residente, ou parente do empregado doméstico residente.

Etapa 2: exclusão das pessoas residentes em domicílios em que ao menos um morador possuía renda de valor ignorado.

Etapa 3: exclusão das pessoas residentes em domicílios com renda zero, mas, segundo a análise de conglomerados, sem outras características da extrema pobreza.

Etapa 4: exclusão das pessoas amostradas em estratos em que havia, ou remanesceria nas desagregações em domínios intraestaduais, apenas um conglomerado.

As duas primeiras etapas são feitas também pelo IBGE para a divulgação de dados sobre a renda domiciliar a partir da PNAD, sendo as que implicam maior perda de casos. A quarta etapa só foi feita para a Bahia e as desagregações em domínios intraestaduais, devido à necessidade de calcular os intervalos de confiança das estimativas. No caso dos dados do

Brasil, foram inicialmente excluídas, a partir de 2004, as observações amostradas nas áreas rurais de seis estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) que não eram cobertas pela PNADs de 1995 a 2003.

O arquivo contendo as instruções para gerar todas as estatísticas apresentadas está disponível para envio aos interessados mediante solicitação aos autores. Além do referido arquivo, a reprodução dos resultados exige: as PNADs de 1995 a 2009 com todas as correções de projeção de população (reponderações) feitas pelo IBGE até janeiro de 2011; as variáveis adicionais indicando os estratos e os conglomerados para o período 1995-1999; e o pacote estatístico Stata 10 ou mais recente. As PNADs de 2001 a 2009 estão disponíveis para *download* na página do IBGE.³

4 EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA BAHIA

O sistema de seis indicadores proposto por Osorio, Soares e Souza (2011) para o monitoramento da pobreza extrema cobre seus três principais aspectos, a saber: *i*) a incidência, medida pela quantidade de extremamente pobres e pela percentagem deles na população; *ii*) a intensidade da pobreza extrema, medida pelo hiato médio relativo; e *iii*) a desigualdade entre os extremamente pobres, medida pelo coeficiente de Gini e pela estatística GE2 dos extremamente pobres. O sexto indicador, o FGT-P2, é um indicador sintético que considera simultaneamente os três aspectos. O aspecto mais importante é a incidência, que dimensiona o problema da pobreza extrema, composta pelas pessoas que têm renda monetária domiciliar *per capita* mensal inferior à linha de pobreza extrema.

4.1 INCIDÊNCIA DA POBREZA EXTREMA

A importância de se representar a incidência da pobreza extrema por dois indicadores deriva do fato de poderem seguir trajetórias distintas. O número de pessoas extremamente pobres pode crescer em um período no qual a porcentagem de extremamente pobres se

3. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

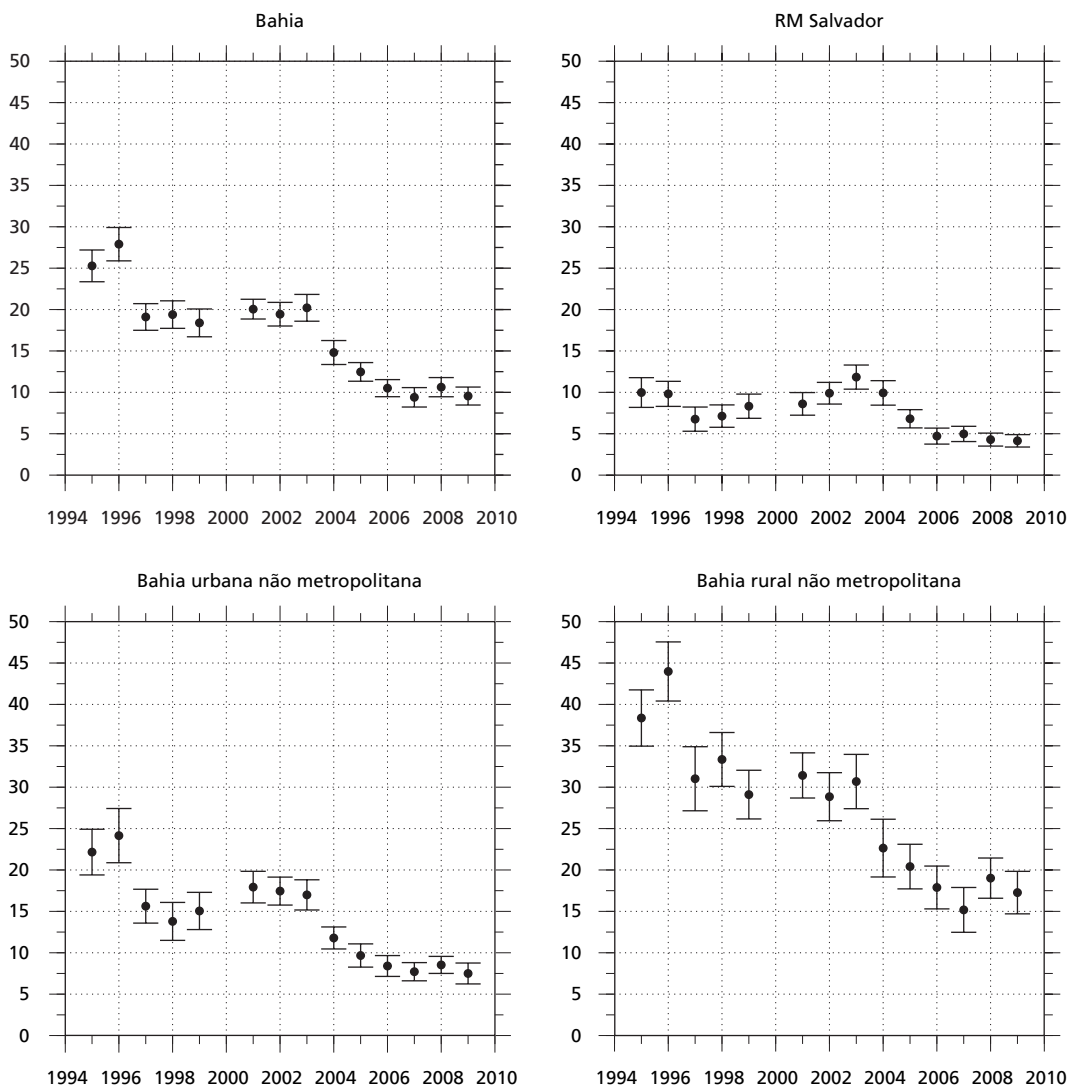
reduz, bastando a população total crescer a taxas superiores às da população extremamente pobre. Também é possível, embora pouco provável, que a população total decresça mais rapidamente do que a população extremamente pobre, caso em que se reduziria o número de extremamente pobres concomitantemente ao aumento de sua percentagem. Além disso, para estimar a quantidade de recursos e dimensionar as políticas de combate à extrema pobreza, o número de extremamente pobres é um dos dados mais importantes, a despeito das imperfeições inerentes às projeções de população.

O gráfico 1 exibe a evolução da porcentagem de pessoas extremamente pobres na população baiana e nos três domínios intraestaduais de 1995 a 2009, com as barras de erro representando o intervalo de confiança de 95%. Os valores das percentagens e do erro simétrico são apresentados no apêndice.

Na RM de Salvador, os níveis de pobreza relativa se aproximam da metade do nível estadual; nas áreas urbanas não metropolitanas, são um pouco menores que a média do estado; nas áreas rurais, consideravelmente mais elevados, o que não é surpreendente.

GRÁFICO 1
População vivendo em extrema pobreza segundo o tipo de área e a situação censitária –
Bahia (1995-2009)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Quanto à dinâmica temporal, abstraindo-se as diferenças de nível, em todos os domínios, houve uma queda estatisticamente significativa de 1996 a 1997. De 1997 a 1999, as variações não são estatisticamente significantes, havendo sobreposição das estimativas de intervalo destes anos, ou seja, não se pode ter certeza se houve ou não as reduções ou aumentos da porcentagem de extremamente pobres indicadas pelas estimativas pontuais.

Na Bahia urbana, as estimativas pontuais de 2001 a 2003 se apresentam pouco mais elevadas do que as de fins da década de 1990, mas não se pode rejeitar a hipótese de que o nível de pobreza tenha ficado estável em 16%, valor dentro do intervalo de confiança das estimativas de todos os anos de 1997 a 2003. Contudo, a elevação é bem definida. Já na região metropolitana, embora cada estimativa, de 2001 a 2003, esteja dentro do intervalo da estimativa do ano anterior, em 2003, a pobreza extrema atingiu um nível maior, cuja diferença em relação ao de todos os anos de 1997 a 2001 é estatisticamente significativa. Assim, pode-se concluir que, de 1999 a 2003, houve elevação da pobreza extrema na grande Salvador e nas áreas urbanas não metropolitanas da Bahia.

Mas no estado como um todo e nas áreas rurais da Bahia, de 1997 a 2003, a pobreza extrema permaneceu relativamente estável, com flutuações sem tendência definida.

De 2003 a 2006, em todos os domínios, há uma nítida redução da pobreza extrema, não necessariamente estatisticamente significativa ano a ano, mas é inequívoca a redução entre o ano inicial e o final do período. De 2003 a 2004, a queda no estado é significativa e puxada pela queda nas zonas urbanas e rurais não metropolitanas, enquanto, na grande Salvador, as quedas mais relevantes ocorrem de 2004 a 2005 e de 2005 a 2006. De 2006 em diante, o nível da pobreza extrema se estabilizou na Bahia e em todos os domínios intraestaduais.

Logo, pode-se dizer que, no período 1995-2009, o estado logrou reduzir a taxa relativa de pobreza extrema duas vezes. A primeira foi de 1996 a 1997, levando a pobreza extrema para um patamar inferior ao de 1995-1996, onde permaneceu até 2003, exceto na região metropolitana e nas áreas urbanas do estado, onde houve elevação de 1999 a 2003. A segunda redução ocorreu de 2003 a 2006, levando a pobreza a outro patamar, inferior ao do período 1997-2003, no qual permaneceu até 2009, último ano para o qual os dados estão disponíveis.

O gráfico 2 apresenta a quantidade de pessoas vivendo em pobreza extrema correspondente às taxas relativas exibidas no gráfico 1. Os valores exatos e o erro simétrico são apresentados no apêndice A. Em geral, a evolução da pobreza delineada pela quantidade de pessoas é muito semelhante à revelada pelas taxas relativas, principalmente para o estado como um todo. De 1996 a 1997, o estado sai de um

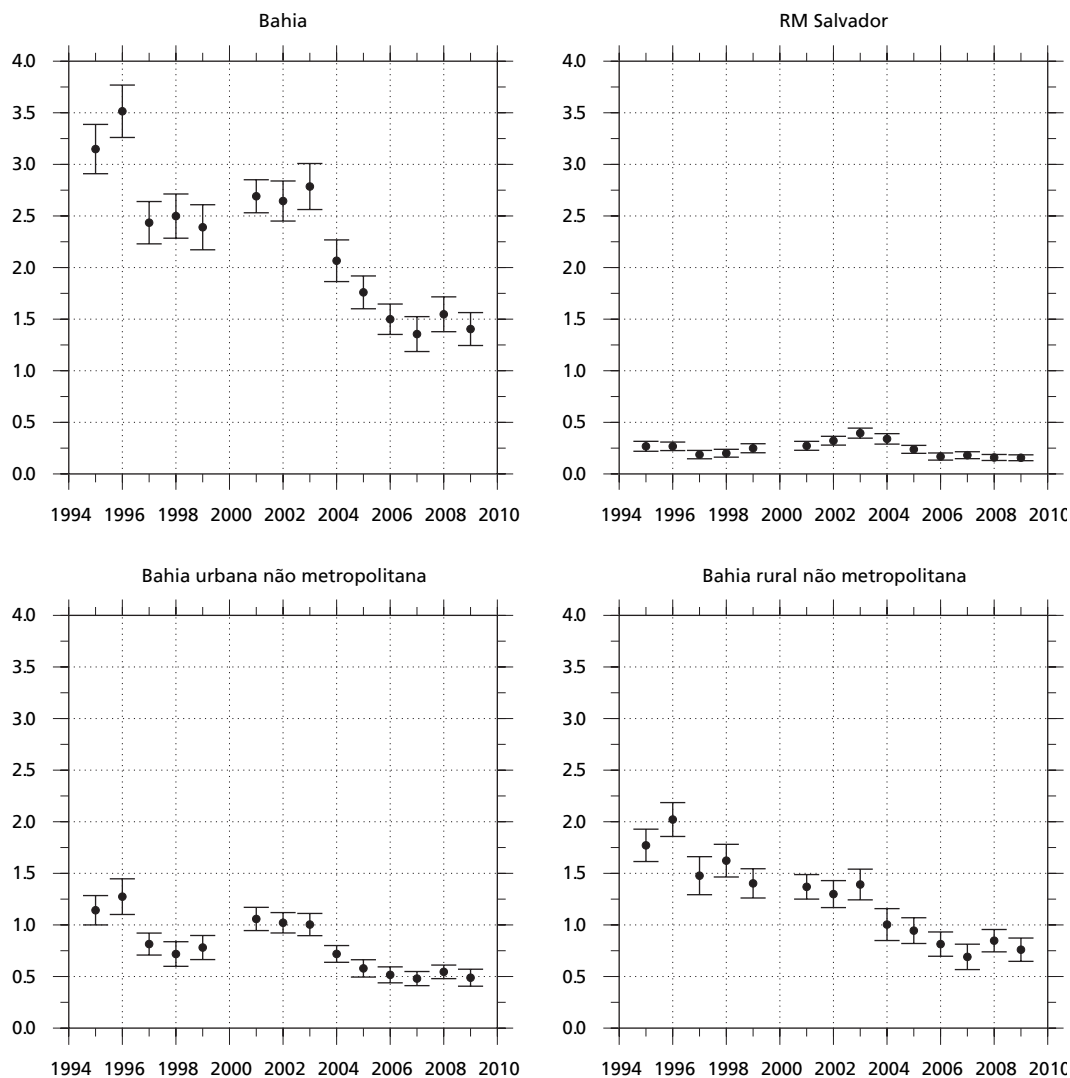
patamar de mais de três milhões de extremamente pobres para pouco mais de dois milhões e meio, número que pode ter se mantido até 2003. Neste ano, inicia-se a segunda redução, mais acentuada, que leva a quantidade para algo em torno de um milhão e meio de extremamente pobres. Ou seja, de 1995 a 2009, a pobreza extrema teria se reduzido em aproximadamente um milhão e meio de pessoas, um terço da redução na queda de 1996 a 1997, e os outros dois terços na queda de 2003 a 2006.

Embora, no gráfico 2, o aumento da quantidade de pessoas extremamente pobres na Bahia urbana não metropolitana de 1999 a 2001 seja estatisticamente significativo – o que não ocorre no gráfico 1 –, é preciso ter cuidado na interpretação deste resultado. A situação censitária na PNAD é definida por critérios administrativos: um setor censitário é urbano se assim é definido pelo município na ocasião do censo de população mais próximo.

GRÁFICO 2

Quantidade de pessoas vivendo em extrema pobreza segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

(Em milhões)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Ao longo do período 1995-2009, a população da Bahia urbana não metropolitana passa de 41% a 44% da população estadual; a da região metropolitana de Salvador passa de 22% a 26%; e a das zonas rurais, de 37 a 30%. Mas a maior parte desta variação, particularmente o aumento da população na Bahia urbana não metropolitana, ocorre de 1999 a 2001, podendo não ser fruto de migração, mas da simples reclassificação de

setores rurais para urbanos em 2000, o que pode ou não decorrer de uma mudança no perfil do setor. Portanto, parte do aumento da quantidade de extremamente pobres pode não ser resultado do aumento da pobreza extrema nos setores cuja situação já era urbana na década de 1990, mas da reclassificação a partir de 2000 de setores que antes eram considerados rurais, e que passam a compor a Bahia urbana não metropolitana.⁴ Porém, isso não invalida a conclusão de, nesse período, ter havido aumento da pobreza extrema na Bahia urbana não metropolitana.

De qualquer forma, o importante é a caracterização de que o número de extremamente pobres na região metropolitana de Salvador passou de cerca de 270 mil pessoas, em 1995-1996, a aproximadamente 160 mil, em 2009; que a maior parte da população extremamente pobre do estado, em torno de 760 mil pessoas, de 2006 em diante, está nas zonas rurais; e que uma parcela também muito grande desta população, em torno de 490 mil pessoas, de 2006 em diante, está nas zonas urbanas não metropolitanas da Bahia.⁵

4.2 INTENSIDADE DA POBREZA EXTREMA

O segundo aspecto relevante ao se documentar a evolução da pobreza extrema é a sua intensidade. A intensidade da pobreza extrema representa o quanto o bem-estar das pessoas nessa situação está, em média, distante do mínimo. Neste estudo, representa o quanto, em média, a renda domiciliar *per capita* dos extremamente pobres está distante da linha de pobreza extrema. A importância de se considerar a intensidade da pobreza extrema separada da incidência decorre de ser concebível uma situação na qual a última se mantém, mas a primeira varia. Se, por exemplo, um programa de transferência de renda com benefícios de baixo valor focalizasse principalmente os extremamente

4. As porcentagens da população estadual em cada domínio podem ser calculadas a partir das colunas de totais das tabelas de população no apêndice A. Para o cálculo da quantidade de pobres, as taxas relativas foram multiplicadas pela população total de cada domínio, e não pela população considerada no cálculo das taxas (após a etapa 4 da limpeza). Devido ao fato de as porcentagens serem diferentes na população considerada para o cálculo das taxas relativas de pobreza extrema, por causa de a limpeza da base ocasionar maior perda de casos fora da região metropolitana, a soma das quantidades de população extremamente pobre nos três domínios na tabela do apêndice é ligeiramente superior ao total do estado.

5. Esses números são resultado de arredondamentos para valores expressivos das quantidades efetivas, a fim de facilitar a apreensão intuitiva da dimensão da pobreza extrema.

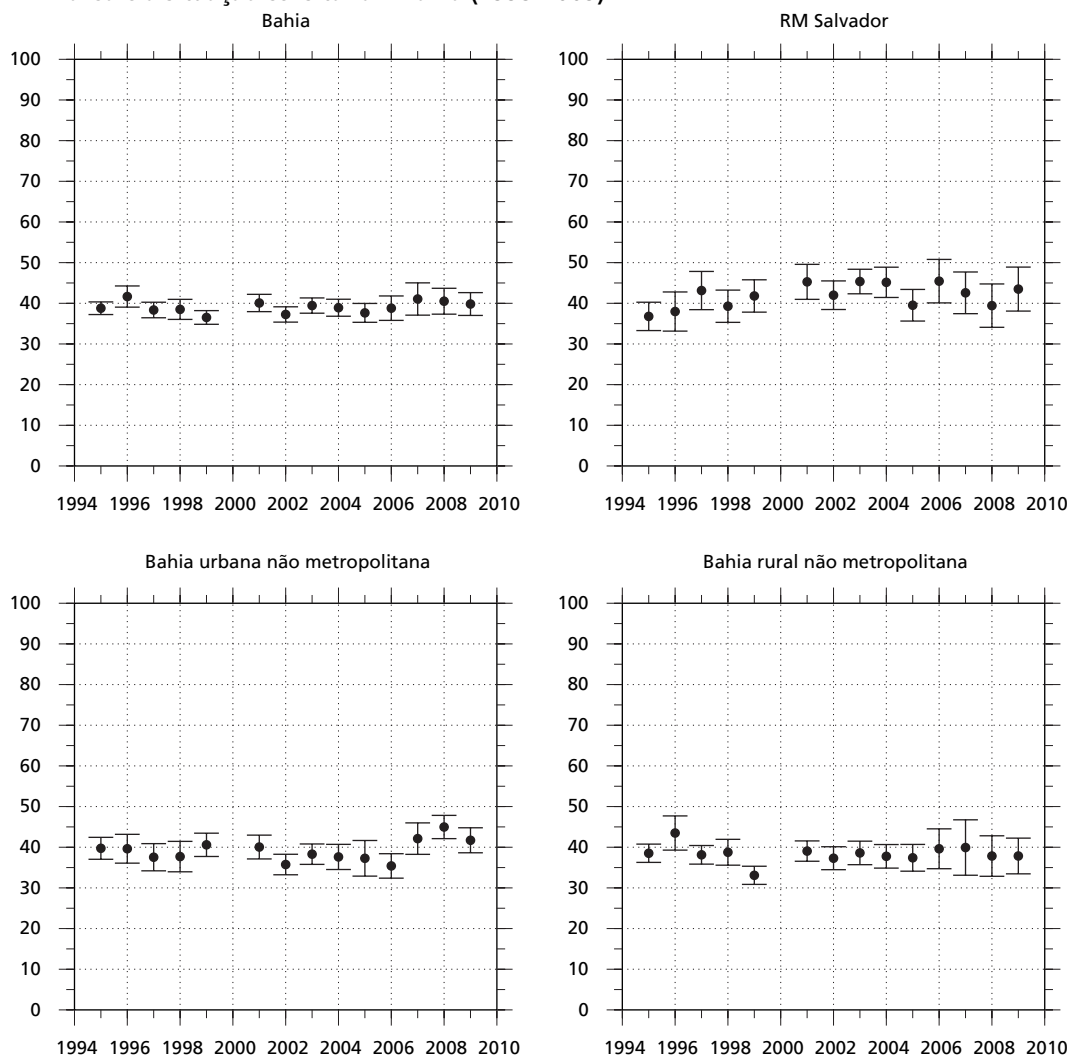
pobres de renda mais baixa, não reduziria a incidência da pobreza, mas diminuiria sua intensidade. E se o programa fosse extinto, em um segundo momento, a incidência se manteria e a intensidade aumentaria. Também é possível a incidência diminuir e a intensidade aumentar, o que ocorreria se no exemplo anterior os mesmos valores fossem transferidos para os extremamente pobres de renda bem próxima à linha.

Outra razão para considerar a intensidade é a necessidade de cálculo de um dado importante para a política: o hiato absoluto, a quantidade de recursos necessária para erradicar a pobreza extrema em um mundo ideal no qual inexistem custos administrativos e é possível dar mensalmente a cada pessoa extremamente pobre a quantia exata para igualar sua renda à linha de pobreza extrema. Como existem limitações à eficiência e à eficácia das transferências, a intensidade da pobreza extrema revela o custo mínimo hipotético da sua erradicação por meio de transferências no momento da medição, e não o custo real. Porém, o indicador de intensidade da pobreza extrema sugerido por Osorio, Soares e Souza (2011), por causa da necessidade de comparação entre áreas e períodos, não é o hiato absoluto, mas o hiato médio relativo,⁶ que apresenta a intensidade média como porcentagem da linha de pobreza extrema. Para chegar ao hiato absoluto, basta multiplicar o hiato médio relativo pelo valor da linha de pobreza extrema e pela quantidade de pessoas nesta situação.

6. O hiato médio relativo não é o indicador P1 de Foster, Greer e Thorbecke (1984). O indicador P1 considera o hiato, mas é uma medida sintética da incidência e da intensidade da pobreza, enquanto o hiato médio relativo mede apenas sua intensidade.

GRÁFICO 3

Hiato médio relativo em percentagem da linha de extrema pobreza segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

O gráfico 3 apresenta o hiato médio relativo como porcentagem da linha de pobreza extrema para a Bahia de 1995 a 2009. Os valores exatos do indicador e do erro podem ser encontrados no apêndice.

Para o estado da Bahia, a intensidade da pobreza extrema é estável em torno de 40% da linha em todo o período 1995-2009. Ou seja, considerando que o

valor da linha em 2009 era R\$ 67 no mês de referência da PNAD, a renda média dos extremamente pobres estava em torno de R\$ 40, e a distância média à linha era de R\$ 27. Considerando-se adicionalmente que havia aproximadamente 1,4 milhões de extremamente pobres no estado, teriam sido necessários, no mínimo, R\$ 37,5 milhões de reais mensais ($0,4 \times 67 \times 1,4$ – o hiato absoluto) para erradicar a pobreza extrema via transferências de renda em setembro de 2009. Entretanto, conforme discutido por Osorio, Soares e Souza (2011), devido aos problemas de identificação e da volatilidade da renda dos extremamente pobres, uma estimativa realista para erradicar a pobreza extrema da Bahia por intermédio do Programa Bolsa Família colocaria o montante de recursos necessário na ordem de R\$ 197 milhões de reais mensais⁷ (R\$ 2,4 bilhões anuais).

A intensidade da pobreza extrema nos domínios intraestaduais também variou pouco, permanecendo em torno de 40% da linha. No caso da Bahia rural, a estabilidade é muito clara, com 1999 sendo o único “ponto fora da curva”. A série da Bahia urbana não metropolitana tem maior variação nas estimativas pontuais, com a intensidade aparentando se elevar no período 2007-2009. O mesmo ocorre na série da região metropolitana de Salvador, que é a que apresenta maior variação nas estimativas pontuais. Desconsiderando a incerteza, as variações na intensidade da pobreza extrema, se existiram, foram pequenas e sem direção definida, exceto pelo pequeno aumento recente na Bahia urbana não metropolitana.

4.3 DESIGUALDADE DA POBREZA EXTREMA

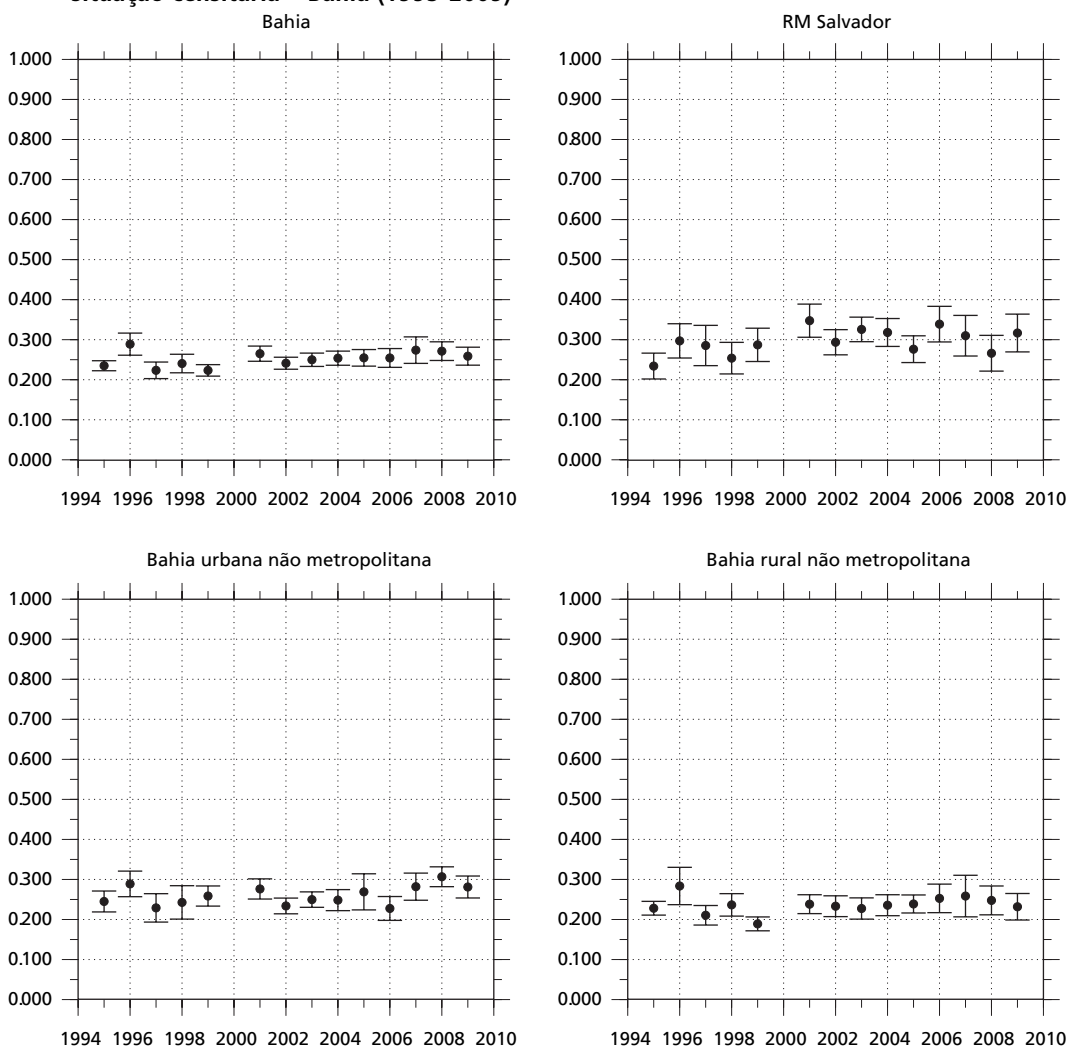
O terceiro aspecto relevante é a desigualdade entre os extremamente pobres. Embora seja um aspecto de apreensão menos intuitiva do que o dos demais, como toda análise de pobreza é essencialmente uma análise de bem-estar restrita aos pobres (KAKWANI, 1999), a desigualdade também deve ser considerada. Da mesma forma que o teorema de Atkinson (1970) garante que, entre duas sociedades com idêntica renda média, a de maior bem estar é aquela com menor desigualdade na distribuição, por causa da utilidade marginal decrescente da renda, entre duas sociedades com idêntica incidência

7. Para chegar a esta estimativa, parte-se do pressuposto de que o benefício *per capita* final deve ser igual ou superior à linha de pobreza extrema por causa dos problemas discutidos por Osorio, Soares e Souza (2011) e são considerados os erros de focalização aparentes no momento da medição de pobreza: $67 \times 1,4 \times 2,1$.

e intensidade da pobreza extrema, pode-se apontar aquela com menor desigualdade entre os extremamente pobres como sendo a em que há menor privação de bem-estar na população. A desigualdade chama atenção ao fato, encoberto pelas medidas de incidência e de intensidade, de que os extremamente pobres não sofrem a privação de forma homogênea: há uns próximos à linha e outros sem renda alguma. A desigualdade entre os extremamente pobres também pode variar em contextos de estabilidade da incidência e da intensidade.

GRÁFICO 4

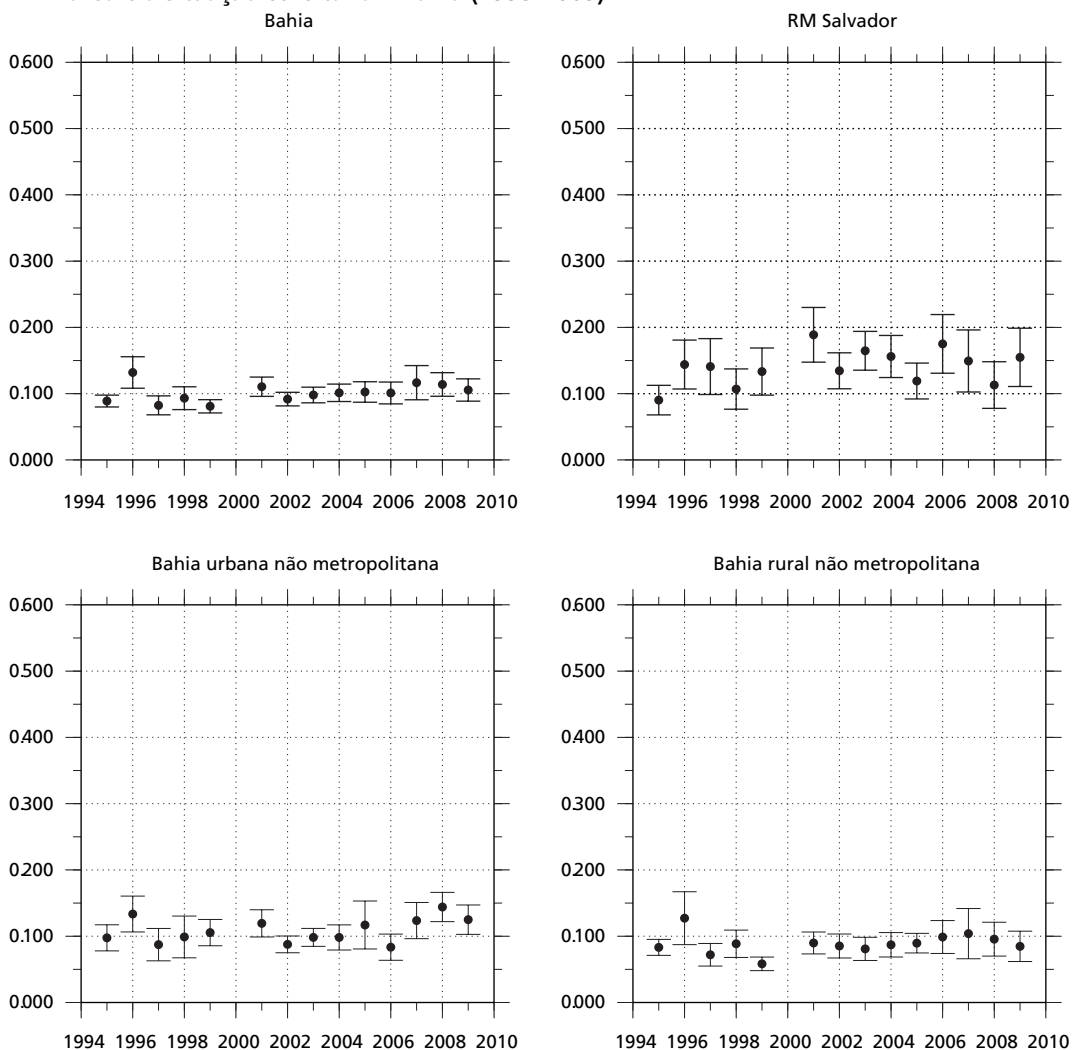
Coefficiente de Gini da população extremamente pobre segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Osorio, Soares e Souza (2011) sugerem a adoção de dois indicadores de desigualdade entre os extremamente pobres para o monitoramento da pobreza extrema, o coeficiente de Gini e a estatística GE2 (metade do quadrado do coeficiente de variação), um indicador de desigualdade da família de medidas generalizadas de entropia. A escolha do coeficiente de Gini se deve à sua popularidade e à facilidade de interpretação. Calculado para os extremamente pobres, o coeficiente de Gini varia de zero, quando todos têm renda idêntica, a muito próximo de um, quando apenas uma pessoa tem renda. Já a estatística GE2 foi escolhida por ser o indicador de desigualdade “embutido” no indicador sintético da severidade da pobreza (P2) proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984), amplamente usado, e que será apresentado adiante. O indicador FGT-P2 representa simultaneamente a incidência, a intensidade da pobreza extrema e a desigualdade entre os pobres e, para melhor interpretá-lo, é preciso conhecer o comportamento da pobreza segundo cada um desses aspectos.

GRÁFICO 5
Indicador de desigualdade GE2 da população extremamente pobre segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

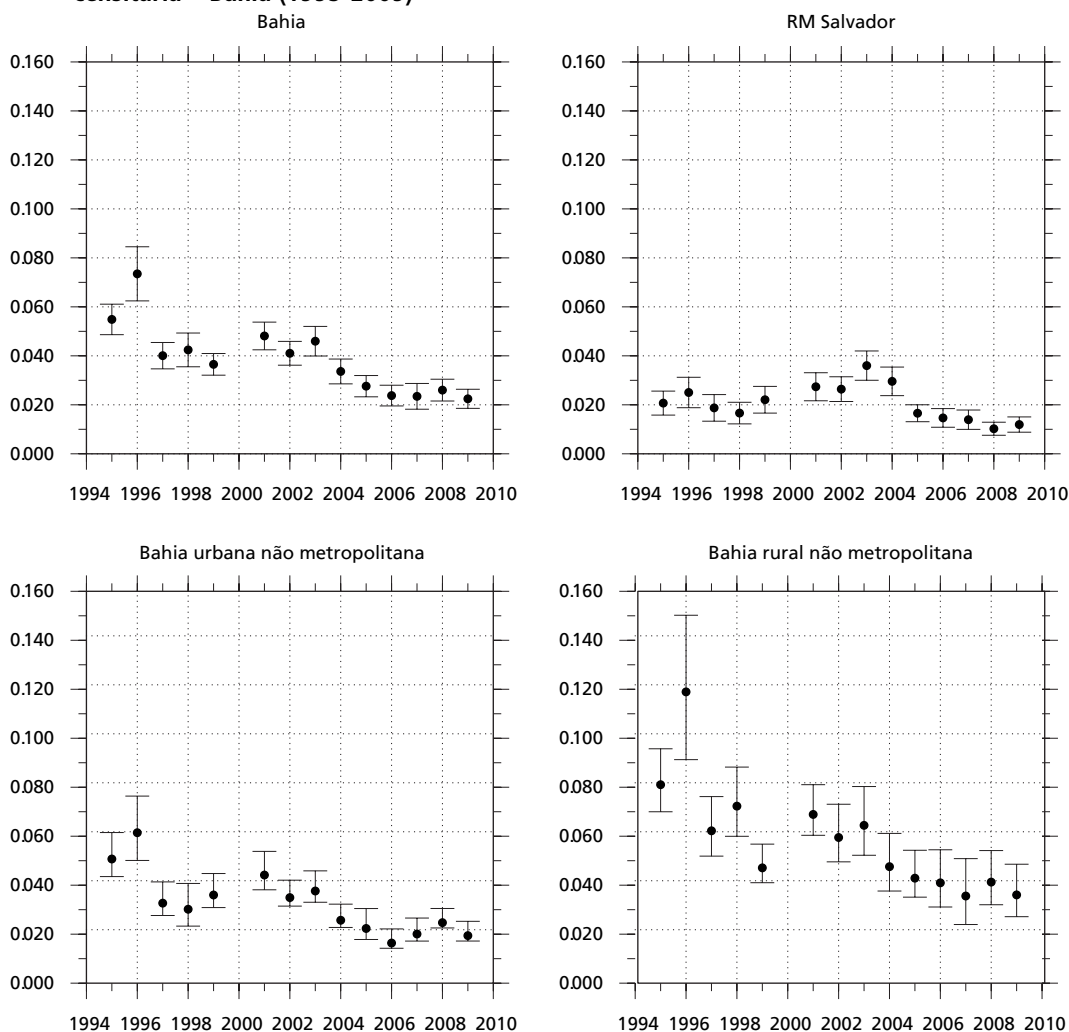
Os gráficos 4 e 5 apresentam, respectivamente, a evolução do coeficiente de Gini e do indicador de desigualdade GE2 para a Bahia e os domínios intraestaduais de 1995 a 2009. Os valores exatos de ambos e de seus erros simétricos podem ser encontrados no apêndice A.

Ambos os indicadores apresentam as mesmas tendências, a despeito das escalas diferentes. Para o estado como um todo e para as zonas rurais, no período 1995-1999,

a desigualdade entre os extremamente pobres sobe e desce sem tendência claramente definida, estabilizando-se no período 2001-2009. Na região metropolitana de Salvador e nas áreas urbanas, a variação no período 2001-2009 é maior, mas também sem uma tendência bem delineada. A comparação entre os domínios intraestaduais, contudo, revela que a desigualdade entre os extremamente pobres na região metropolitana é um pouco maior, com o coeficiente de Gini fluando em torno de 0,3; enquanto, nos demais domínios e no estado como um todo, flutua em torno de 0,25.

GRÁFICO 6

Indicador sintético de pobreza extrema (FGT-P2) segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Um dado interessante, visível principalmente no gráfico 5, é a maior amplitude das estimativas de intervalo da região metropolitana. Por ter sido usada a técnica de *bootstrap* para o cálculo dos intervalos, respeitando o desenho amostral, a maior amplitude pode indicar que os extremamente pobres “mais pobres” residem em áreas diferentes daqueles extremamente pobres com renda “maior”.

Finalmente, o gráfico 6 exhibe a evolução do indicador sintético de pobreza extrema FGT-P2. Os valores exatos do indicador e do erro simétrico estão em tabela no apêndice A. O indicador FGT-P2 capta simultaneamente a incidência, a intensidade da pobreza extrema e a desigualdade entre os pobres. Como as únicas variações substantivas no período 1995-2009 ocorreram na incidência da pobreza, o comportamento do indicador FGT-P2 reproduz o comportamento das taxas relativas de pobreza extrema apresentadas no gráfico 1, dispensando a necessidade de comentários adicionais.

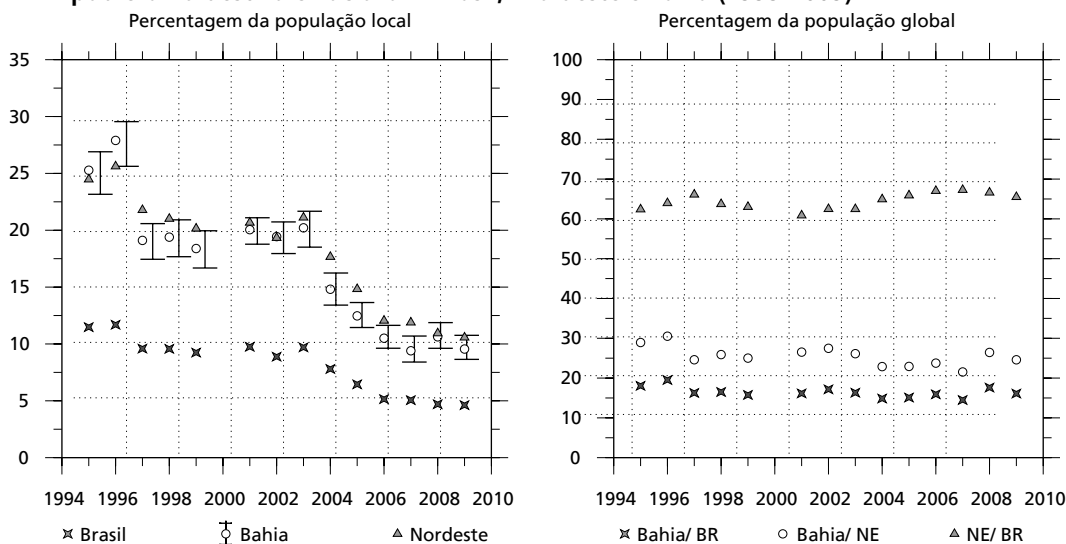
4.4 COMPARAÇÃO DA BAHIA COM O BRASIL E O NORDESTE

Na seção anterior, ficou caracterizado que, no período 1995-2009, ocorreram duas reduções da incidência da pobreza extrema na Bahia, mas não ocorreram mudanças substantivas na sua intensidade, tampouco na desigualdade entre os extremamente pobres. Por isso, nesta seção, faz-se a comparação da evolução da pobreza extrema na Bahia à do Brasil e à da região Nordeste, mas limitada ao indicador de incidência relativa. Os valores das porcentagens e das quantidades de extremamente pobres do Brasil (sem as áreas rurais de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) e do Nordeste estão em tabela no apêndice A.

O painel esquerdo do gráfico 7 exhibe a incidência relativa da extrema pobreza no Brasil, no Nordeste e na Bahia de 1995 a 2009. No Brasil e no Nordeste, a tendência temporal é essencialmente a mesma já descrita para Bahia: há uma primeira queda de 1996 a 1997, e depois outra, mais acentuada, de 2003 a 2006. A porcentagem de extremamente pobres, tanto na Bahia quanto no Nordeste, é por volta de o dobro da registrada no Brasil. Apesar disso, as quedas da pobreza extrema foram um pouco mais rápidas na Bahia, mas, eventualmente, a região Nordeste acabou chegando ao mesmo patamar.

GRÁFICO 7

Porcentagem da população local vivendo em extrema pobreza e participação na extrema pobreza nordestina e nacional – Brasil,¹ Nordeste e Bahia (1995-2009)



Por sua vez, o painel direito do gráfico 7 mostra que a participação da Bahia na pobreza nacional e na da região Nordeste não mudou quase nada após 1997. A despeito de pequenas flutuações, em 2009, a Bahia contava com 16% da população extremamente pobre brasileira e 25% da nordestina, fatias de tamanho praticamente idêntico ao das de 1997. A região Nordeste como um todo apresentava, em 2009, os mesmos 66% da população extremamente pobre nacional que mantinha em 1997.

4.5 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA RENDA MÉDIA NA BAHIA

Do ponto de vista dos determinantes próximos, são duas as causas possíveis de uma redução da pobreza extrema. A primeira é a elevação da renda média, e a segunda é a redução da desigualdade na distribuição da renda. O gráfico 8 apresenta o coeficiente de Gini, que indica o grau de desigualdade, da distribuição interpessoal da renda entre a população total do estado e dos três domínios intraestaduais. Os valores exatos das estimativas pontuais e os erros estão em tabela no apêndice.

A evolução da desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini no estado da Bahia mostra a existência de duas quedas no nível da desigualdade de 1995 a 2009.

A primeira é mais demorada e ocorre de 1996 a 1999, quando o Gini desce de cerca de 0,62 para aproximadamente 0,59. Embora esta primeira queda não seja estatisticamente significativa ano a ano, ela é bem delineada nas estimativas pontuais. A segunda queda é abrupta e ocorre de 2003 a 2004, levando o Gini estadual para em torno de 0,55, patamar no qual permanece até 2009.

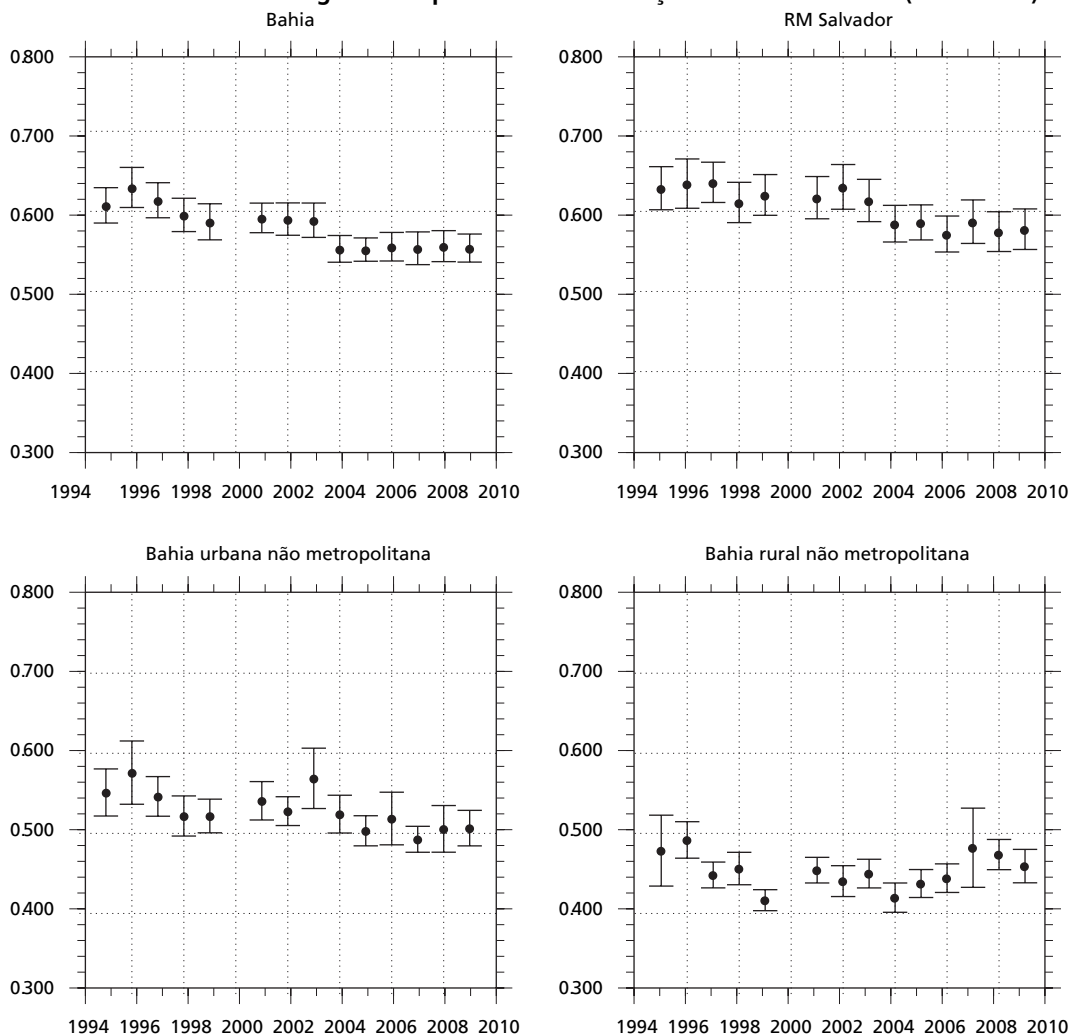
Na região metropolitana de Salvador, a desigualdade é mais alta do que a estadual, e excetuando-se 1998, de 1995 a 2002, o coeficiente de Gini se mostra estável, figurando em torno de 0,63. Assim, há apenas uma queda da desigualdade de renda na Grande Salvador, de 2002 a 2004, levando o Gini para 0,58, nível no qual permanece até 2009.

Na Bahia urbana, a desigualdade é menor do que a estadual e a da região metropolitana. Abstraindo os anos atípicos de 2003 e 2006 e a maior incerteza, também se notam duas quedas da desigualdade, coincidindo com as verificadas no estado. A primeira, de 1996 a 1998, leva o Gini de 0,56 para em torno de 0,52; depois da segunda, de 2003 a 2005, o Gini fica em torno de 0,5.

Nas áreas rurais não metropolitanas do estado, a desigualdade é bem mais baixa, mas a tendência temporal é distinta. Descontando-se os anos de 1999 e 2004, nos quais a desigualdade medida é bem mais baixa, nota-se ter havido uma queda, como no estado e nas áreas urbanas não metropolitanas, após 1996, levando o Gini de algo em torno de 0,48 para cerca de 0,45, patamar em que permanece até 2006. Depois de 2006, a desigualdade parece ter aumentado um pouco, a despeito da grande incerteza em torno da estimativa de 2007.

O gráfico 9 apresenta a evolução da renda média (valores na tabela do apêndice A). A partir dele, nota-se a esperada hierarquia entre os domínios intraestaduais, com a renda média mais elevada na região metropolitana, seguida pela Bahia urbana, com renda média pouco inferior à estadual, e pelas áreas rurais, com média bem mais baixa.

GRÁFICO 8
Coeficiente de Gini segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

No estado inteiro e nas zonas não metropolitanas, a evolução da renda média segue a mesma tendência. De 1995 a 1997, a renda média aumenta, estabiliza-se entre 1997 e 2003, aumentando novamente de 2003 a 2006, para, depois, permanecer relativamente estável até 2009. Na Bahia rural, a renda média praticamente não varia de 1995 a 2003, aumenta consideravelmente de 2003 a 2006, e depois se estabiliza.

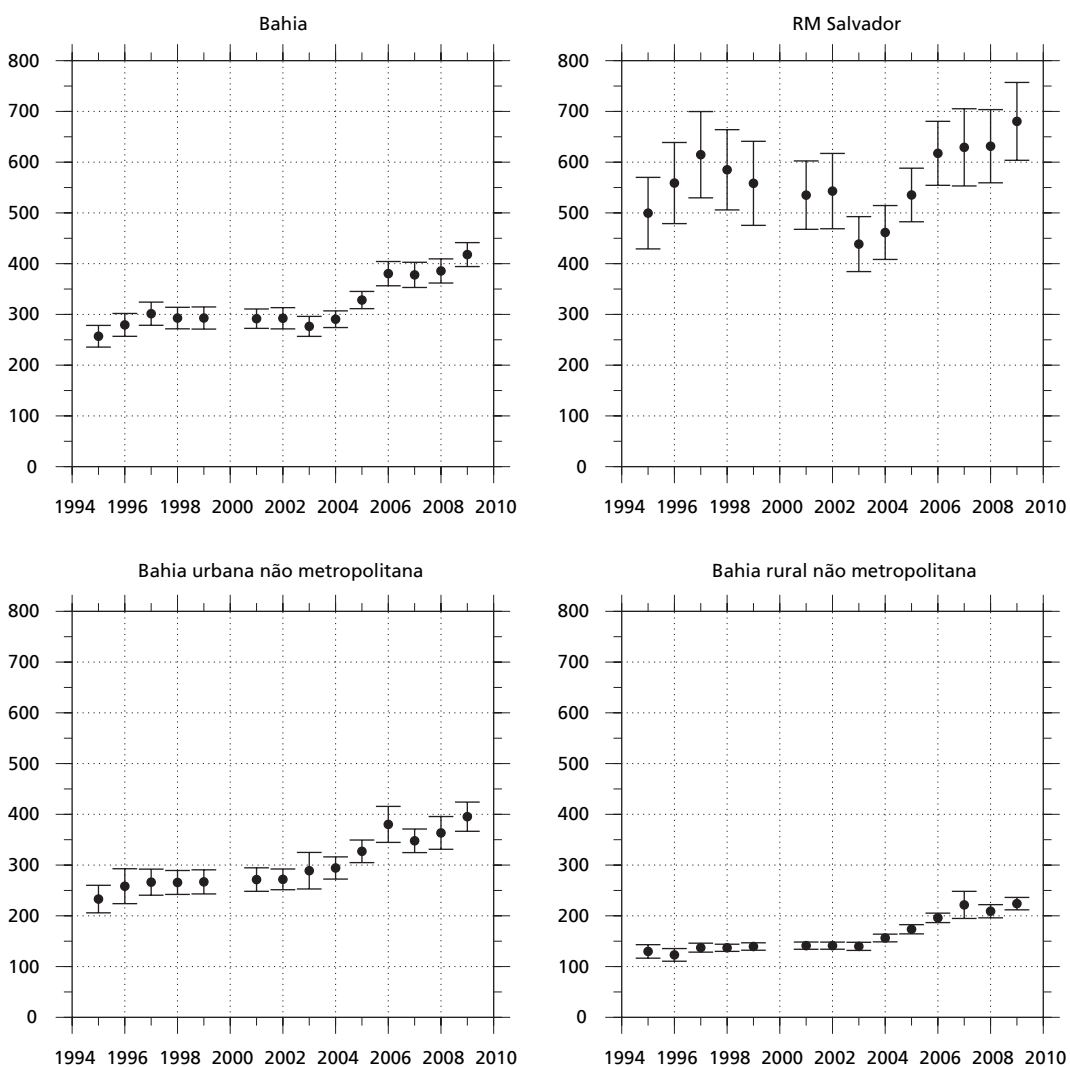
Na região metropolitana de Salvador, porém, depois da elevação de 1995 a 1997, a renda média declinou de 1997 a 2003, aumentando de 2003 a 2006, permanecendo

estável até 2008, e com nova elevação em 2009. Contudo, chama a atenção a grande amplitude das estimativas de intervalo da região metropolitana, em contraste à dos demais domínios. Novamente, dado as estimativas pontuais parecerem razoáveis, essa maior amplitude pode ser apenas uma sobre-estimação causada pelo uso da técnica de *bootstrap* para o cálculo dos intervalos conjugada a um grau elevado de segregação espacial por renda na grande Salvador.

GRÁFICO 9

Renda média segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

(Em R\$ de setembro de 2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

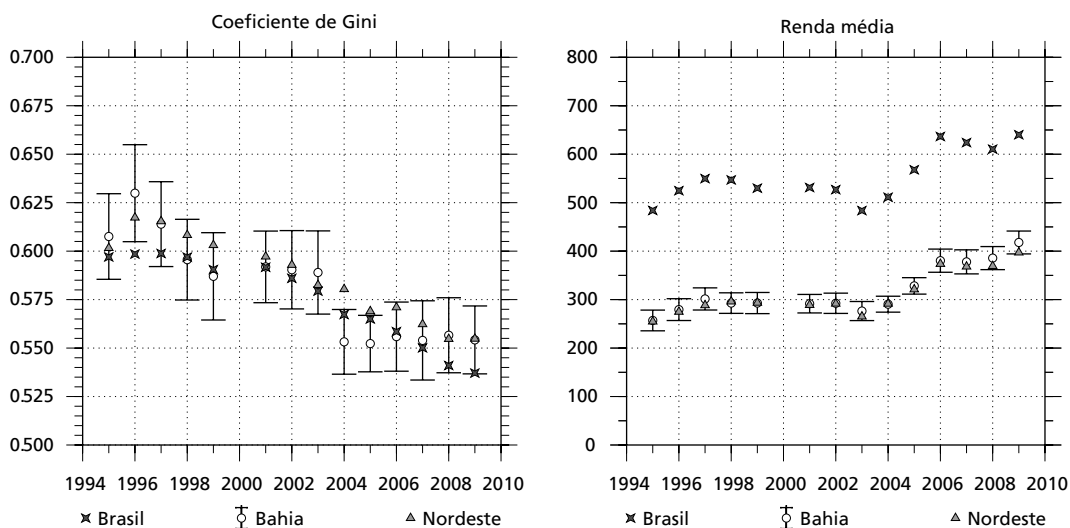
Esses dados sobre a evolução da desigualdade e da renda média na Bahia sugerem que as quedas da pobreza no estado foram mais influenciadas por aumentos da renda média que por reduções na desigualdade.

Finalmente, o gráfico 10 apresenta a comparação entre a evolução da desigualdade e da renda média no estado da Bahia com a do Nordeste e a do Brasil. No caso da desigualdade, nota-se que, a despeito das diferenças dos valores, os coeficientes de Gini do Nordeste e do Brasil quase sempre estão dentro do intervalo de confiança dos coeficientes da Bahia. Contudo, tanto no Nordeste quanto no Brasil as variações são estatisticamente significantes (devido ao maior tamanho das amostras). Além disso, as estimativas do Brasil delineiam uma trajetória de queda praticamente contínua a partir de 1997, enquanto as do Nordeste e da Bahia mostram quedas em períodos específicos seguidas por períodos de estabilidade. A despeito da relevância social da desigualdade em queda, é fundamental não se esquecer que as quedas da desigualdade ocorridas no período analisado, na Bahia, no Nordeste, e no Brasil, foram pequenas, e a desigualdade de renda permanece em níveis muito elevados.

GRÁFICO 10

Coefficiente de Gini e renda média – Brasil, Nordeste e Bahia (1995-2009)

(Em R\$ de setembro de 2009)



Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

O painel direito do gráfico 10 mostra com clareza ser o nível da renda média o principal determinante da diferença entre as taxas de pobreza do Nordeste e da Bahia em

relação às do Brasil. A renda média nacional é quase duas vezes maior ao longo de todo o período, não havendo nenhuma diferença relevante entre as médias do Nordeste e da Bahia.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho era apenas o de documentar a evolução da pobreza extrema e da desigualdade na Bahia no período 1995-2009. A este se seguirão outros dois que tratarão, respectivamente, de traçar um perfil multidimensional da pobreza extrema e de aprofundar as explicações sobre a dinâmica da pobreza extrema e da desigualdade de renda no estado.

A dinâmica da pobreza extrema se revelou um pouco distinta, particularmente na segunda metade da década de 1990, do caracterizado por trabalhos anteriores sobre a pobreza na Bahia, que empregaram linhas mais elevadas e concluíram pela estagnação dos níveis de pobreza nesta época. Também é distinta da verificada no Brasil, consideração extensível à evolução da desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini.

A pobreza extrema e a desigualdade de renda na Bahia tiveram duas quedas expressivas de 1995 a 2009, em períodos coincidentes, mas de extensão temporal diferente. Analisando-se conjuntamente a evolução dos coeficientes de Gini, das taxas de pobreza extrema e da renda média, pode-se concluir, preliminarmente, que as quedas da pobreza extrema no estado foram mais influenciadas por aumentos da renda média do que por reduções na desigualdade.

A primeira queda da pobreza extrema e da desigualdade ocorreu a partir de 1996. No caso da pobreza extrema, foi uma queda abrupta ocorrida de 1996 a 1997, enquanto a desigualdade prosseguiu em queda até 1999. Depois de 1997 e 1999, respectivamente, ambas se estabilizaram até 2003, quando ocorreu a segunda queda. Desta feita, a desigualdade caiu abruptamente de 2003 a 2004, e a pobreza extrema esteve em queda até 2006. Após a segunda queda, ficaram no novo patamar até 2009. Mais precisamente, a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini estacionou em torno de 0,55, e a taxa de pobreza extrema em torno de 10% da população estadual.

Segundo as projeções de população da PNAD, de 1996 a 1997, o estado saiu de um patamar de mais de 3 milhões de extremamente pobres para pouco mais de

2,5 milhões. Na segunda redução, a quantidade de extremamente pobres decresce para algo em torno de 1,5 milhão de pessoas. Ou seja, de 1995 a 2009, a pobreza extrema se reduziu em, aproximadamente, 1,5 milhão de pessoas, um terço da redução na queda de 1996 a 1997, e os outros dois terços na queda de 2003 a 2006. Na região metropolitana de Salvador, o número de extremamente pobres estava em torno de 160 mil pessoas em 2009. A maior parte da população extremamente pobre do estado, em torno de 760 mil pessoas em 2009, estava nas zonas rurais. A parcela remanescente, em torno de 490 mil pessoas em 2009, estava nas zonas urbanas não metropolitanas do estado.

Os demais aspectos da pobreza extrema, sua intensidade e a desigualdade entre os pobres, variaram pouco na Bahia de 1995 a 2009. A intensidade da pobreza extrema flutuou em torno de 40%. Conjugando a essa informação o valor da linha de pobreza extrema e a quantidade de extremamente pobres, pode se estimar que, em 2009, o custo teórico da erradicação da pobreza extrema no estado seria de R\$ 450 milhões de reais anuais. Contudo, uma estimativa realista para erradicar a pobreza extrema da Bahia por intermédio de transferências de renda, como as realizadas pelo Programa Bolsa Família, colocaria o montante de recursos necessário na ordem de R\$ 2,4 bilhões por ano.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. A. DE A. Distribuição de renda no estado da Bahia: algumas considerações sobre as áreas analisadas. *In*: SEI (Ed.). **Aspectos sociais das desigualdades na Bahia**. Salvador: SEI, 2008. (Série estudos e pesquisas).
- ATKINSON, A. B. On the measurement of inequality. **Journal of Economic Theory**, v. 2, p. 244-263, 1970.
- BAPTISTA, C. **Bahia – Pobreza e renda nos anos 90**. Salvador: Seplantec, 2001.
- BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006.
- BRASIL. **Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília: Presidência da República, 2011.
- CASTRO NETO, A. A. **A recente queda da desigualdade de renda na Bahia: uma decomposição do coeficiente de Gini para o período 2001-2006**. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 5., Salvador, 2009.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.

KAKWANI, N. Inequality, welfare and poverty: three interrelated phenomena. *In*: SIELBER, J. (Ed.). **Handbook of income inequality measurement**. Boston: Kluwer, 1999.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MACHADO, K. M. **Pobreza na Bahia**: um olhar sob diferentes abordagens. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11., Ciudad de Guatemala, Guatemala, 2006a.

MACHADO, K. M. **Mensuração da pobreza**: uma comparação entre a renda e abordagem multidimensional da pobreza na Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006b.

OSORIO, R. G.; MEDEIROS, M. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. *In*: SEI (Ed.). **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas).

OSORIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema**: um objetivo ao alcance do Brasil. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.619).

OSORIO, R. G. *et al.* **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.647).

SEI (Ed.). **Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)**. Salvador: SEI, 2008.

SOARES, S. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1.381).

APÊNDICE

TABELA A.1
População – Brasil (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Total bruto	Sem áreas rurais do Norte ¹	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3
1995	151,923	151,923	151,136	147,686	147,031
1996	154,025	154,025	153,291	149,214	148,566
1997	156,128	156,128	155,409	152,031	151,442
1998	158,232	158,232	157,601	153,344	152,770
1999	164,133	164,133	163,457	159,413	158,780
2001	170,955	170,955	170,286	166,401	165,495
2002	173,501	173,501	172,872	169,296	168,711
2003	175,954	175,954	175,398	171,604	170,916
2004	181,687	178,309	177,758	173,405	172,725
2005	183,881	180,580	180,002	176,789	176,241
2006	186,021	182,807	182,219	178,306	177,805
2007	188,029	184,902	184,384	179,434	178,468
2008	189,953	186,908	186,440	180,651	179,849
2009	191,796	188,703	188,194	182,083	181,287

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Nota: ¹ Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

TABELA A.2
População – Região Nordeste (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Total bruto	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3
1995	44,468	44,181	42,820	42,701
1996	44,951	44,674	42,970	42,814
1997	45,448	45,177	43,983	43,891
1998	45,925	45,706	44,293	44,187
1999	47,429	47,192	45,803	45,698
2001	49,087	48,875	47,892	47,687
2002	49,797	49,620	48,746	48,630
2003	50,479	50,335	49,479	49,339
2004	51,131	50,970	49,939	49,809
2005	51,757	51,587	50,932	50,825
2006	52,369	52,199	51,490	51,399
2007	52,944	52,801	52,035	51,786
2008	53,493	53,355	52,349	52,164
2009	54,020	53,878	52,978	52,801

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.3
População – Bahia (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Total bruto	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
1995	12,455	12,372	11,827	11,779	10,845
1996	12,598	12,516	11,758	11,684	10,757
1997	12,744	12,665	12,222	12,191	11,125
1998	12,885	12,826	12,324	12,295	11,158
1999	12,999	12,937	12,467	12,421	11,239
2001	13,421	13,353	12,855	12,792	12,583
2002	13,605	13,559	13,329	13,297	13,047
2003	13,781	13,738	13,401	13,343	13,064
2004	13,950	13,907	13,523	13,479	13,235
2005	14,112	14,062	13,872	13,836	13,587
2006	14,270	14,223	13,952	13,917	13,640
2007	14,419	14,389	14,176	14,104	13,848
2008	14,561	14,527	14,092	14,033	13,749
2009	14,697	14,659	14,322	14,268	14,008

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.4
População – Região Metropolitana de Salvador (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Total bruto	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
1995	2,683	2,648	2,550	2,534	2,515
1996	2,726	2,685	2,527	2,496	2,473
1997	2,770	2,740	2,655	2,636	2,607
1998	2,812	2,775	2,633	2,617	2,591
1999	2,990	2,951	2,808	2,783	2,745
2001	3,165	3,135	3,010	2,974	2,944
2002	3,253	3,232	3,132	3,110	3,066
2003	3,339	3,317	3,235	3,196	3,148
2004	3,420	3,403	3,258	3,237	3,198
2005	3,499	3,467	3,414	3,391	3,349
2006	3,575	3,556	3,445	3,424	3,378
2007	3,647	3,632	3,531	3,496	3,453
2008	3,716	3,701	3,623	3,593	3,549
2009	3,781	3,757	3,691	3,673	3,628

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.5

População – Bahia urbana não metropolitana (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Total bruto	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
1995	5,154	5,109	4,969	4,951	4,351
1996	5,276	5,238	5,089	5,064	4,463
1997	5,212	5,168	5,071	5,060	4,502
1998	5,207	5,188	5,117	5,109	4,489
1999	5,189	5,167	5,106	5,088	4,509
2001	5,899	5,867	5,751	5,725	5,628
2002	5,850	5,828	5,780	5,772	5,671
2003	5,907	5,889	5,798	5,784	5,660
2004	6,098	6,075	5,933	5,912	5,805
2005	5,984	5,968	5,925	5,914	5,804
2006	6,144	6,118	6,047	6,038	5,925
2007	6,224	6,214	6,148	6,120	6,000
2008	6,390	6,371	6,178	6,153	6,019
2009	6,515	6,503	6,345	6,320	6,188

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.6

População – Bahia rural não metropolitana (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Total bruto	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
1995	4,617	4,615	4,308	4,294	3,979
1996	4,596	4,594	4,141	4,124	3,821
1997	4,762	4,757	4,496	4,495	4,015
1998	4,866	4,863	4,574	4,570	4,078
1999	4,820	4,818	4,553	4,550	3,985
2001	4,357	4,352	4,093	4,093	4,012
2002	4,502	4,499	4,418	4,416	4,310
2003	4,536	4,532	4,368	4,364	4,256
2004	4,431	4,429	4,332	4,330	4,232
2005	4,629	4,627	4,533	4,531	4,434
2006	4,551	4,549	4,461	4,455	4,338
2007	4,548	4,544	4,497	4,488	4,395
2008	4,456	4,455	4,290	4,287	4,181
2009	4,401	4,399	4,286	4,275	4,193

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.7

Porcentagem da população vivendo em extrema pobreza e intervalo de confiança, segundo tipo de área e situação censitária – Bahia (1995-2009)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	25,3	1,9	10,0	1,8	22,2	2,8	38,4	3,4
1996	27,9	2,0	9,8	1,5	24,1	3,3	44,0	3,6
1997	19,1	1,6	6,8	1,5	15,6	2,0	31,0	3,9
1998	19,4	1,7	7,1	1,4	13,8	2,3	33,4	3,3
1999	18,4	1,7	8,3	1,5	15,0	2,2	29,1	2,9
2001	20,1	1,2	8,6	1,4	17,9	1,9	31,4	2,7
2002	19,4	1,4	9,9	1,3	17,5	1,7	28,9	2,9
2003	20,2	1,6	11,8	1,5	17,0	1,8	30,7	3,3
2004	14,8	1,4	9,9	1,5	11,8	1,3	22,6	3,5
2005	12,5	1,1	6,8	1,1	9,7	1,4	20,4	2,7
2006	10,5	1,0	4,7	1,0	8,4	1,3	17,9	2,6
2007	9,4	1,2	5,0	0,9	7,7	1,1	15,2	2,7
2008	10,6	1,2	4,3	0,8	8,5	1,0	19,0	2,4
2009	9,6	1,1	4,1	0,7	7,5	1,3	17,3	2,6

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.8

Quantidade de pessoas vivendo em extrema pobreza e intervalo de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

(Em milhares)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	3,148	239	268	48	1,142	142	1,771	157
1996	3,515	254	268	41	1,274	173	2,021	164
1997	2,435	205	187	40	815	107	1,477	184
1998	2,499	214	201	38	718	119	1,623	158
1999	2,391	218	249	44	781	117	1,403	142
2001	2,691	160	272	43	1,058	113	1,369	119
2002	2,645	194	322	43	1,021	99	1,299	131
2003	2,785	223	395	49	1,004	108	1,392	149
2004	2,066	202	340	51	719	81	1,003	155
2005	1,760	159	238	39	579	84	945	125
2006	1,499	147	169	35	516	77	814	118
2007	1,355	169	181	34	480	68	690	123
2008	1,547	169	159	29	545	66	847	108
2009	1,404	159	157	28	488	82	760	113

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.9

Hiato médio relativo e intervalo de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

(Em % da linha de extrema pobreza)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	38,8	1,6	36,8	3,5	39,7	2,7	38,5	2,2
1996	41,7	2,6	38,0	4,8	39,6	3,5	43,5	4,2
1997	38,4	1,9	43,1	4,7	37,5	3,3	38,1	2,3
1998	38,5	2,5	39,3	4,0	37,7	3,7	38,8	3,2
1999	36,5	1,7	41,8	4,0	40,6	2,9	33,1	2,2
2001	40,1	2,1	45,3	4,3	40,0	2,9	39,1	2,5
2002	37,3	1,9	42,0	3,5	35,7	2,5	37,3	2,8
2003	39,4	1,9	45,4	3,0	38,3	2,5	38,6	2,9
2004	38,9	2,1	45,2	3,7	37,6	3,1	37,8	2,9
2005	37,6	2,3	39,5	3,9	37,3	4,4	37,4	3,3
2006	38,8	3,0	45,4	5,3	35,4	3,0	39,6	4,9
2007	41,1	4,0	42,6	5,1	42,1	3,9	39,9	6,8
2008	40,5	3,2	39,4	5,3	45,0	2,9	37,8	5,0
2009	39,8	2,8	43,5	5,4	41,7	3,1	37,8	4,4

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.10

Coefficiente de Gini da população extremamente pobre e intervalo de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	0,235	0,013	0,234	0,032	0,245	0,026	0,228	0,017
1996	0,289	0,028	0,297	0,043	0,289	0,032	0,284	0,047
1997	0,223	0,021	0,285	0,050	0,229	0,035	0,211	0,024
1998	0,240	0,023	0,254	0,039	0,243	0,042	0,237	0,028
1999	0,223	0,014	0,287	0,042	0,259	0,025	0,189	0,017
2001	0,265	0,019	0,347	0,041	0,276	0,025	0,238	0,024
2002	0,241	0,015	0,294	0,031	0,234	0,020	0,233	0,026
2003	0,250	0,017	0,326	0,031	0,250	0,019	0,227	0,027
2004	0,254	0,018	0,318	0,035	0,248	0,026	0,236	0,026
2005	0,255	0,021	0,276	0,033	0,269	0,045	0,239	0,023
2006	0,254	0,023	0,339	0,044	0,228	0,030	0,253	0,036
2007	0,274	0,033	0,310	0,051	0,282	0,034	0,259	0,052
2008	0,271	0,023	0,266	0,045	0,307	0,025	0,248	0,036
2009	0,259	0,022	0,317	0,047	0,281	0,027	0,232	0,033

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.11

Indicador de desigualdade GE2 da população extremamente pobre e intervalo de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	0,089	0,009	0,090	0,022	0,098	0,020	0,083	0,012
1996	0,132	0,024	0,144	0,037	0,133	0,027	0,127	0,040
1997	0,082	0,014	0,141	0,042	0,087	0,024	0,072	0,017
1998	0,093	0,017	0,107	0,030	0,099	0,031	0,089	0,021
1999	0,081	0,010	0,133	0,036	0,105	0,020	0,058	0,010
2001	0,110	0,015	0,189	0,041	0,119	0,021	0,090	0,017
2002	0,092	0,010	0,135	0,027	0,088	0,013	0,085	0,018
2003	0,098	0,012	0,165	0,029	0,098	0,014	0,081	0,017
2004	0,101	0,013	0,156	0,032	0,098	0,019	0,087	0,018
2005	0,103	0,015	0,119	0,027	0,117	0,036	0,090	0,015
2006	0,101	0,016	0,175	0,044	0,083	0,020	0,099	0,025
2007	0,117	0,026	0,149	0,047	0,124	0,027	0,104	0,038
2008	0,114	0,018	0,113	0,035	0,144	0,022	0,096	0,026
2009	0,106	0,017	0,155	0,044	0,125	0,022	0,085	0,023

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.12

Indicador sintético de pobreza extrema (FGT-P2) e intervalo de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	0,055	0,006	0,021	0,005	0,051	0,009	0,081	0,013
1996	0,073	0,011	0,025	0,006	0,061	0,013	0,119	0,029
1997	0,040	0,005	0,019	0,005	0,033	0,007	0,062	0,012
1998	0,042	0,007	0,017	0,004	0,030	0,009	0,072	0,014
1999	0,037	0,004	0,022	0,005	0,036	0,007	0,047	0,008
2001	0,048	0,006	0,027	0,006	0,044	0,008	0,069	0,010
2002	0,041	0,005	0,026	0,005	0,035	0,005	0,059	0,012
2003	0,046	0,006	0,036	0,006	0,038	0,006	0,064	0,014
2004	0,034	0,005	0,030	0,006	0,026	0,005	0,048	0,012
2005	0,028	0,004	0,017	0,003	0,022	0,006	0,043	0,010
2006	0,024	0,004	0,015	0,004	0,016	0,004	0,041	0,012
2007	0,023	0,005	0,014	0,004	0,020	0,005	0,036	0,013
2008	0,026	0,004	0,010	0,003	0,025	0,004	0,041	0,011
2009	0,022	0,004	0,012	0,003	0,019	0,004	0,036	0,011

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.13

Coefficiente de Gini e intervalo de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	0,608	0,022	0,629	0,027	0,551	0,029	0,478	0,044
1996	0,630	0,025	0,635	0,031	0,576	0,040	0,492	0,023
1997	0,614	0,022	0,636	0,025	0,546	0,025	0,448	0,016
1998	0,596	0,021	0,611	0,025	0,522	0,025	0,456	0,020
1999	0,587	0,023	0,621	0,025	0,522	0,021	0,417	0,013
2001	0,592	0,018	0,617	0,026	0,541	0,024	0,454	0,016
2002	0,590	0,020	0,631	0,028	0,528	0,018	0,440	0,019
2003	0,589	0,021	0,614	0,026	0,569	0,038	0,450	0,018
2004	0,553	0,017	0,585	0,023	0,524	0,024	0,420	0,018
2005	0,552	0,015	0,586	0,022	0,503	0,019	0,437	0,017
2006	0,556	0,018	0,572	0,022	0,519	0,033	0,444	0,018
2007	0,554	0,020	0,587	0,027	0,493	0,016	0,482	0,049
2008	0,557	0,019	0,575	0,025	0,506	0,029	0,474	0,019
2009	0,554	0,018	0,578	0,025	0,507	0,022	0,459	0,021

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.14

Renda domiciliar *per capita* média e intervalos de confiança, segundo o tipo de área e a situação censitária – Bahia (1995-2009)

(Em reais de setembro de 2009)

Ano	Bahia		RM Salvador		Bahia urbana não metropolitana		Bahia rural não metropolitana	
	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-	Estim.	+/-
1995	257	21	500	70	233	27	130	13
1996	279	23	559	80	258	34	123	12
1997	301	23	615	85	266	26	137	9
1998	293	21	585	79	266	24	137	7
1999	293	22	558	83	267	24	140	7
2001	292	19	535	67	271	23	141	7
2002	292	21	543	74	272	20	141	7
2003	276	20	439	54	289	36	140	8
2004	291	16	461	53	294	22	156	8
2005	328	17	535	53	327	22	174	9
2006	380	24	617	63	380	35	196	9
2007	378	25	629	76	348	23	222	27
2008	386	24	631	72	363	32	209	13
2009	418	24	680	77	395	29	224	12

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

TABELA A.15

Porcentagem e quantidade de população vivendo em extrema pobreza, coeficiente de Gini e renda média – Brasil e região Nordeste (1995-2009)

(Em reais de setembro de 2009)

Ano	Pobreza extrema				Coeficiente de Gini		Renda média (R\$ set/2009)	
	Relativa (%)		Absoluta (milhares)		Brasil ¹	Nordeste	Brasil ¹	Nordeste
	Brasil ¹	Nordeste	Brasil ¹	Nordeste				
1995	11,5	24,5	17,441	10,881	0,597	0,602	484	255
1996	11,7	25,6	18,006	11,517	0,599	0,617	525	275
1997	9,6	21,8	14,973	9,899	0,599	0,615	550	288
1998	9,6	21,0	15,143	9,649	0,597	0,608	547	296
1999	9,2	20,2	15,166	9,557	0,591	0,603	530	293
2001	9,8	20,7	16,668	10,146	0,592	0,597	531	289
2002	8,9	19,3	15,407	9,626	0,586	0,593	527	292
2003	9,7	21,1	17,068	10,661	0,579	0,583	484	265
2004	7,8	17,7	13,908	9,030	0,567	0,580	511	291
2005	6,5	14,8	11,647	7,676	0,565	0,569	568	321
2006	5,2	12,1	9,415	6,311	0,559	0,571	637	374
2007	5,1	11,9	9,356	6,295	0,550	0,562	624	368
2008	4,7	10,9	8,785	5,852	0,541	0,555	610	369
2009	4,6	10,6	8,718	5,710	0,537	0,555	640	397

Fonte: PNAD/IBGE, em microdados.

Nota: ¹ Exclui áreas rurais de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Laeticia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração eletrônica

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Bernar José Vieira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

